

## Conferência Anual da AICEP - 3ª sessão da Conferência "Exportações & Investimento"

## O IMPACTO DA PANDEMIA NO COMÉRCIO EXTERNO

## 20 de novembro de 2020

## Intervenção de António Saraiva, Presidente da CIP

(agradecimentos)

Minhas senhoras e meus senhores

Para dar uma ideia do impacto da pandemia no comércio externo português, começaria por vos trazer um número bem expressivo: **5,8 mil milhões de euros**. No cômputo dos sete meses entre março e setembro, foi este o montante perdido relativamente ao valor das mercadorias exportadas no mesmo período de 2019: 5,8 mil milhões de euros.

As exportações foram, de facto, na primeira fase da crise desencadeada pela pandemia, a componente do PIB que sofreu uma maior queda, contribuindo fortemente para a contração da atividade económica. Enquanto a procura interna se reduziu em 12% no segundo trimestre, as exportações caíram 39,5%.

As **exportações de serviços**, onde o turismo tem um peso preponderante, pouco ou nada recuperaram nos últimos meses.

As exportações de bens, depois da queda abrupta de 41% em abril, registaram, logo a partir de maio, sinais de recuperação: **contrações homólogas sucessivamente menores** de 39%, 10%, 7%, 2%, 0,4%, respetivamente em maio, junho, julho, agosto e setembro.

Em diversos setores, face à contração do mercado interno, as empresas reorientaram os seus esforços para os mercados externos<sup>1</sup>, sobretudo para mercados de países terceiros, menos afetados pela pandemia do que a Europa. Mais uma vez, à semelhança da anterior crise, o setor exportador mostrou estar à altura e impulsionou o início da recuperação. Infelizmente, este processo está ameaçado.

Com a **segunda vaga da pandemia** a alastrar e muitos países, sobretudo europeus, a regressar a situações de confinamento mais ou menos radical, **as perspetivas dos exportadores para os próximos meses regrediram substancialmente**. A incerteza é grande.

Tudo isto justifica uma forte atenção do Governo para com o setor exportador: um setor **fortemente penalizado pela pandemia**; um setor que mostrou, mais uma vez, **resiliência**, com capacidade de reagir rapidamente; um setor que está, **de novo, ameaçado** pela evolução da crise.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Tive, a este propósito, o testemunho do Sr. Jorge Henriques, que disse que na indústria alimentar, muitas empresas compensaram (embora parcialmente) as perdas no canal HORECA nacional por exportações, sobretudo para fora da Europa, por exemplo Brasil. Tiveram bons resultados.



O Programa Internacionalizar 2030, que foi aqui apresentado, é um elemento de grande importância na estratégia do Governo para este setor.

A CIP teve, em agosto, oportunidade de comentar a 1ª proposta que lhe foi apresentada.

A apreciação geral que expressámos foi positiva:

- As medidas introduzidas neste Programa estão adaptadas à evolução entretanto ocorrida, dando especial destaque às medidas / ações de resposta à crise do COVID-19, a serem adotadas num primeiro "tempo" deste Programa.
- É particularmente importante que o Programa continue a dar destaque à cooperação empresarial, na perspetiva de a fomentar, privilegiando medidas, instrumentos e atores que concretizem este efeito que visa o ganho de dimensão crítica das empresas.
- Constatamos favoravelmente a referência ao papel das associações empresariais e câmaras de comércio e indústria como parceiros da política de internacionalização.
- Está presenta a importância das PME para aumentar a base exportadora: Sinalizámos, a este respeito, que deveria ser desenvolvido um programa para identificação de PMEs com potencial de exportação, a partir do trabalho conjunto entre IAPMEI e da AICEP. Sinalizámos, também, que é fundamental apoiar uma utilização efetiva dos benefícios dos acordos comerciais da União Europeia por parte das PME.
- Considerámos que, no âmbito da Formação e Qualificação de Recursos Humanos, o
  esforço de capacitação deveria estender-se ao sistema de educação universitária,
  onde as licenciaturas em Relações Internacionais deveriam conseguir dar resposta
  às necessidades das empresas, designadamente, incluindo disciplinas de comércio
  internacional e de modelos empresariais de internacionalização.
- Destacámos que todas as vertentes da política de internacionalização deste programa são necessárias, mas precisamos, sobretudo, de uma política económica que coloque a competitividade industrial como preocupação transversal na intervenção do Estado na economia. Internacionalizar só será possível com competitividade, alicerçada em ganhos de produtividade.
- Realçamos, ainda, o papel que as infraestruturas de transporte portos e ferrovia
   deveriam vir a ter na internacionalização da economia.

Contudo, a presente conjuntura exige mais. Exige, inevitavelmente, um acréscimo da ajuda do Estado ao tecido produtivo e ao setor exportador em particular. O Governo tomou já consciência da necessidade de ser "mais ambicioso" nos apoios às empresas, depois de ter apresentado um Orçamento particularmente dececionante neste domínio.

Entre as **novas medidas de apoio à economia** recentemente anunciadas encontra-se uma **linha de crédito para a indústria exportadora**. É um **passo importante**, sobretudo se



tivermos em conta a possibilidade de conversão de 20% do crédito concedido em subsídio a fundo perdido. O Governo, embora tardiamente, vai-se aproximando do que tem sido defendido pelas empresas.

Esperamos ainda para ver em detalhe em que moldes serão concebidas esta nova linha de crédito, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e exigências em termos de manutenção de postos de trabalho. É preciso que cheguem depressa ao terreno, evitando os percalços e atrasos que constatámos no passado recente.

Persistem ainda entraves à atividade exportadora que já há muito podiam ter sido resolvidos:

Destacaria o que se passa relativamente aos seguros de crédito – fundamentais para o setor exportador.

A pandemia aumentou o risco e o incumprimento nos mercados externos. As seguradoras cortaram e suprimiram os seus *plafonds* de seguros de crédito.

A solução que (só em junho) foi encontrada para a súbita redução ou supressão de *plafonds* de seguros de crédito terá sido a mais cómoda, para o Estado e para as seguradoras, mas ficou muito longe do que seria necessário para repor alguma aproximação à situação anterior à crise.

Há testemunhos de empresas que desistiram: só exportam para clientes cuja credibilidade conhecem bem, de quem têm garantias de pagamento, **desistindo, pura e simplesmente de encomendas que aceitariam se tivessem acesso a este instrumento**.

Ao invés do que se passou noutros países europeus, que depressa colocaram no terreno um verdadeiro sistema de resseguro por parte do Estado, o regime português, de coberturas adicionais em função do valor das garantias base concedidas pelas seguradoras, revelouse manifestamente insuficiente. Sem entrar em mais detalhes, basta pensar nos casos de total supressão das garantias pelas seguradoras, em que esse adicional por parte do Estado é nulo.

Além disso, ao contrário dos apoios criados em 2008/2009 em resposta à anterior crise, e apesar das promessas de há mais de cinco meses, o mercado nacional continua excluído, bem como muitos mercados externos, nomeadamente de maior risco, de grande relevância para muitas empresas exportadoras.

Num momento em que as exportações estão, novamente, em risco, é preciso preservar as condições de concorrência das empresas portuguesas face a operadores estrangeiros cujos Governos, mesmo que apelidados de frugais, não se têm coibido de utilizar todos os meios ao seu alcance para apoiar as suas empresas.

Minhas senhoras e meus senhores,

Gostaria ainda de abordar o impacto que a pandemia poderá ter, a nível europeu e global, e que não deixará de condicionar o comércio externo português.



Os efeitos disruptivos que a pandemia causou na economia mundial não deixarão de ser aproveitados pelos detratores da globalização. De facto, momento é propício a que, mais uma vez, a globalização seja vista como a fonte de todos os males.

É certo que a pandemia gerou um importante alerta para a excessiva rigidez que estava a caracterizar muitas cadeias de valor, bem como para as excessivas dependências criadas em relação a determinados mercados. Mas não se poderá, por decreto, condicionar as decisões das empresas no que respeita às suas estratégias de investimento ou aprovisionamento.

Já era um dado adquirido que, sem regras, e sem políticas internas que atraiam novos investimentos e que ajudem os trabalhadores a desenvolver novas competências, a globalização, que antes acreditávamos ser imparável, encerra em si mesma as sementes da sua própria destruição. Mas é possível reinventar uma globalização que escape às suas contradições e que seja capaz de gerar benefícios para todos, num jogo de soma positiva: controlando-a, protegendo-a de excessos e perversões, mas recusando, sempre, a fatalidade do protecionismo. Revela-se, assim, essencial a rápida resolução dos problemas que afetam o funcionamento regular da Organização Mundial do Comércio, nomeadamente em termos de resolução de litígios, para além da reforma global do sistema multilateral do comércio visando uma regulação mais eficaz.

A pandemia tornou (ainda) mais evidente que precisamos, na Europa e em Portugal, de uma estratégia capaz de assegurar o relançamento de uma base industrial renovada, mais forte e mais resiliente. Mas a reindustrialização que defendo precisa, para se concretizar, de mercados externos abertos e dinâmicos, onde as empresas portuguesas possam provar o seu dinamismo e as suas vantagens competitivas.

A Europa tem a responsabilidade de defender os benefícios do comércio internacional, persistindo numa estratégia comercial de abertura ao mundo, enquadrada por regras prudentes e por políticas internas adequadas, no quadro do seu Plano de Recuperação.

É neste contexto que o **Acordo UE-Mercosul**, já concluído há mais de um ano e que aguarda a sua redação final e posterior ratificação, assume uma importância fundamental — as enormes oportunidades criadas pelo facto de a UE ser a primeira região do mundo a concluir um acordo comercial com um grande espaço económico que está a iniciar o seu processo de abertura e integração no mercado mundial.

Terminaria, assim, com uma mensagem de confiança em como, com políticas adequadas, a Europa poderá transformar as atuais ameaças em oportunidades, liderar um processo de integração económica através de acordos equilibrados com parceiros-chave e, assim, reforçar o seu posicionamento na economia mundial.